

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 206
O BANCO DE DADOS DOS INQUÉRITOS PROVINCIAIS
DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Mario Marcos Sampaio Rodarte
Daniel do Val Cosentino
Rafael Henrique Rodrigues Moreira
Alexandre Mendes Cunha
Marcelo Magalhães Godoy

Junho de 2003

Ficha catalográfica

33(091)(815.1) Rodarte, Mario Marcos Sampaio
R685d O banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda
2003 metade do século XIX / por Mario Marcos Sampaio Rodarte
et al. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

33p. (Texto para discussão ; 206)

1. História econômica – Banco de dados. 2. Minas Gerais – Condições econômicas – História – Banco de dados. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. II. Título. III. Série.

CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**O BANCO DE DADOS DOS INQUÉRITOS PROVINCIAIS
DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX***

**Mario Marcos Sampaio Rodarte
Daniel do Val Cosentino
Rafael Henrique Rodrigues Moreira
Alexandre Mendes Cunha
Marcelo Magalhães Godoy**

Pesquisadores do *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG
Rua Curitiba 832, Centro – 8º andar sala 823 – Belo Horizonte/MG, Brasil
E-mail: historia@cedeplar.ufmg.br.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2003**

* Pesquisa desenvolvida no *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG sob a coordenação dos professores e pesquisadores João Antônio de Paula, Roberto Luís de Melo Monte-Mór e Rodrigo Ferreira Simões.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	6
1.1. Sobre as fontes	6
1.2. Objetivos do banco de dados.....	7
1.3. O projeto piloto: uma breve descrição	8
1.4. Os inventários dos inquéritos municipais.....	9
1.5. As planilhas azuis e amarelas de produção	12
1.6. As planilhas azuis e amarelas de comércio	16
2. UMA PRIMEIRA INCURSÃO AO BANCO DE DADOS DE INQUÉRITOS PROVINCIAIS	20
2.1. As respostas aos inquéritos municipais.....	20
2.2. Evidências de atividades comerciais em 1854	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
APÊNDICE	28
Aplicação da metodologia do banco de dados para o ano de 1856: o caso do Município de Formiga	28
<i>Agricultura, Indústria e Mineração</i>	28
<i>Comércio</i>	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
ANEXO	33

RESUMO

O artigo apresenta um banco de dados que contém uma forma inédita de relacionar dados de natureza qualitativa e quantitativa, com a orientação de torná-lo público e disponível para pesquisadores do ramo da história econômica. Trata-se de um banco de dados sobre os inquéritos provinciais, importantes fontes pelas quais o presidente de província de Minas – e o aparelho central do Estado – tomavam conhecimento dos vários assuntos sócio-econômicos de maior relevância da Província: dinâmica demográfica, evolução da produção de bens e serviços, comércio, surgimento de novos núcleos urbanos, etc. O texto discute os primeiros resultados do banco de dados, que possui inventário e classificação dos documentos segundo variáveis tempo, espaço e natureza temática de dois códices com respostas a inquéritos da década de 1850, além disso, faz-se um tratamento exaustivo das informações econômicas, abrangendo produção e comércio.

ABSTRACT

This paper presents a database that contains a new way to relate quantitative-qualitative information. The purpose is to become it available for economic history researchers. It is a database about the provincial inquiries, important sources for which the president of province of Minas Gerais took knowledge of the most important economic subjects of the Province. The article shows the first results of the database, including inventory and classification of documents according to subject, time and space of two codices that answers 1850's inquiries. Furthermore, an exhausting treatment of economic information is also done, enclosing production and commerce.

Palavras Chave: Banco de dados, inquéritos provinciais, Minas Gerais século XIX, comércio, produção.

Jel classification: N01, N9

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta um banco de dados que contém uma forma inédita de relacionar dados de natureza qualitativa e quantitativa, com a orientação de torná-lo público e disponível para pesquisadores do ramo da história econômica.

Trata-se de um banco de dados sobre os inquéritos provinciais, importantes fontes pelas quais o Presidente de Província de Minas – e o aparelho central do Estado – tomavam conhecimento dos vários assuntos sócio-econômicos de maior relevância da Província: dinâmica demográfica, evolução da produção de bens e serviços, comércio, surgimento de novos núcleos urbanos, etc. Essas respostas dos municípios, paróquias e distritos serviam, dentre outros fins, para elaboração de políticas públicas, e o seu rico conteúdo era, com freqüência, reunido e sistematizado nos chamados “Relatórios ou Mensagens dos Presidentes de Província”.

O texto primeiramente, no item de metodologia, apresenta as fontes e alguns procedimentos adotados para trabalhar com as informações, não só quantitativas, mas também qualitativas, contidas nesse acervo documental. Segue um relato sobre a composição do banco de dados, descrevendo seus princípios norteadores. O último item trata de fazer um arrolamento das respostas obtidas, e a apresentação dos primeiros resultados, com o uso de recursos de geoprocessamento. Também se aventa aqui as várias possibilidades de análise que o uso do banco de dados permitirá fazer.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1. Sobre as fontes

A presença de respostas a inquéritos provinciais partindo de autoridades locais dos municípios, e de suas subdivisões administrativas, acerca de diversos temas sócio-econômicos, já foi apontada por historiadores. Guardados no Arquivo Público Mineiro (APM), alguns desses documentos já serviram a estudos econômicos e demográficos. Em um dos mais recentes, Martins, Silva e Lima (2002) apresentaram dados populacionais e econômicos de Minas no início da década de 1860.

Segundo esses autores, a prática de inquirir vereadores, párocos, delegados, e outros, a respeito da realidade local, por parte das autoridades máximas de Minas remontava, pelo menos, ao final do período colonial, mas suspeita-se que isso foi se tornando mais freqüente e elaborado à medida que avançava o século XIX. O inquérito 1860, por exemplo, havia sido encaminhado aos municípios e paróquias junto com um formulário impresso, para ser preenchido e devolvido ao governo provincial (MARTINS, SILVA & LIMA, 2002: 2-3).

Não é nosso objetivo inicial dar uma resposta definitiva sobre as funções dos inquéritos provinciais. Pode-se conjecturar, porém, que o esforço de levantamento de dados sobre a Província de Minas não se consubstanciou em volume expressivo de políticas públicas. Mas isso não teria se dado pela inocuidade do levantamento de dados, mas sim de outros elementos da administração pública, dentre eles, o fato de se ter um estado com viés liberal e centralizador, com poucos recursos e com freqüente alternância de poder.

Entretanto é possível observar um olhar de gestor de políticas econômicas em alguns pedidos de informações, como do estado de conservação de pontes, e dos entraves para o desenvolvimento do comércio, em particular, e a economia, de uma forma geral. Em outras ocasiões, pode-se perceber a finalidade fiscalista dos inquéritos, ao buscar apurar o número de unidades produtoras sujeitas à tributação, com informações pessoais de seus proprietários. Os motivos e razões dos inquéritos provinciais devem ser matéria de exaustivo estudo para a necessária crítica dos documentos.

Em 1860, a criação de formulário próprio para preenchimento dos inquéritos pode sugerir uma tentativa de padronizar as informações que mais tarde receberiam e teriam de sistematizar. O fato, porém, é que apesar disso, as respostas quase sempre não traziam a precisão e uniformidade requeridas (MARTINS, SILVA & LIMA, 2002: 3).

O mesmo foi observado pelos nossos pesquisadores ao defrontar com códices que traziam respostas de inquéritos da década de 1850. As variadas formas encontradas de responder a uma mesma solicitação de informações impossibilitou a criação de um banco de dados mais simplificado, composto de campos para dados numéricos, sem o risco de perder parte do conjunto de informações disponíveis, por terem uma natureza mais descritiva. A elaboração do banco de dados de inquéritos teve de ser dotado não apenas dos campos adaptados para as solicitações, mas também de campos próprios para respostas variadas, difíceis de quantificar na primeira análise.

1.2. Objetivos do banco de dados

A criação do programa de banco de dados dos inquéritos provinciais prevê os seguintes resultados:

- Possibilidade de acesso do usuário a todas as correspondências registradas, em meio digital por várias formas de pesquisa e filtro: espacial (pelo uso de mapas digitalizados interativos); assunto ou tema; linha de tempo (com filtro de datas das correspondências). Além da vantagem que cada usuário teria ao ter acesso mais rápido dos documentos de seu interesse, em relação à forma convencional de consulta aos originais, a divulgação desse programa multiplicaria o uso dessa importante fonte ao mesmo tempo que pouparia os manuscritos do desgaste decorrente do seu manuseio;
- Como o banco de dados vai muito além do simples inventário das fontes, o que se verá no próximo item, o programa é dotado de um sistema associação de informações inter/intra correspondências possibilitando pesquisas mais avançadas com o levantamento de resultados, prescindindo, em muitos casos, da consulta direta das imagens digitalizadas dos documentos.

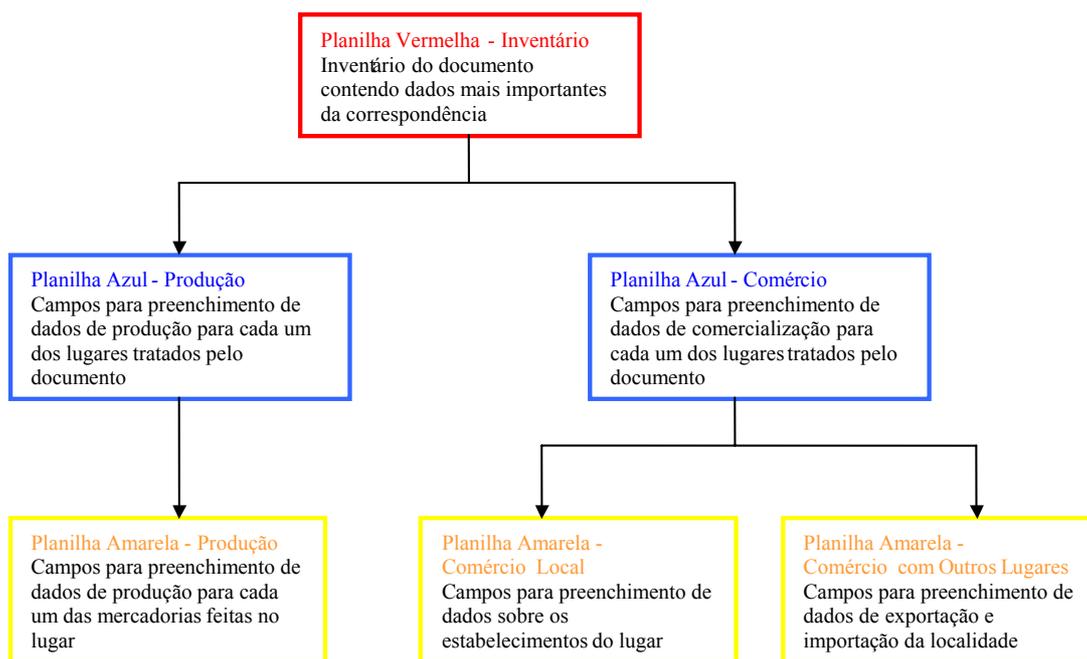
1.3. O projeto piloto: uma breve descrição

A conformação atual da estrutura do banco de dados de inquéritos municipais só foi possível ser alcançada após um criterioso estudo dos inquéritos municipais e suas respostas; e também com o acúmulo de experiências anteriores de montagem de banco de dados de informações qualitativas e quantitativas¹.

Saber a lógica da produção e a circulação de riquezas nas Minas de meados dos Oitocentos foi o fator motivador da criação desse banco de dados, bem como da sua conformação original, mais voltada para a captação das informações econômicas. As próximas etapas visarão sistematizar as informações sobre a organização estatal, os aspectos urbanos e demográficos, afim de relacionarmos esses elementos com a vida econômica mineira.

Deve-se considerar que a estrutura do banco de dados foi originalmente desenhada para permitir que, sempre que se julgue necessário, agregar levantamentos de dados de outras naturezas sem que, para tanto, seja necessário reestruturar o restante do banco de dados montando nas etapas anteriores.

FLUXOGRAMA 1
Hierarquia de planilhas dos inquéritos municipais



Fonte: Elaboração própria.

¹ O grupo de pesquisa em história econômica e demográfica acumula conhecimento de outras experiências passadas de montagem e uso de bancos de dados com documentação histórica do período do Século XIX. Quatro grandes experiências merecem destaque:

- Recenseamento do Império de 1872; feito no começo da década de 1980;
- Listas Nominativas de 1831/32;
- Listas de Engenhos e Casas de Negócios de 1836;
- Relatos de viajantes estrangeiros em Minas na 1ª e 2ª metade do Século XIX.

A estrutura atual do banco de dados pode ser visualizada no esquema do Fluxograma 1. Cada carta-resposta ao inquérito da presidência da província é inventariada (na planilha vermelha) e recebe um número identificador que a distingue das demais. As principais características das respostas são registradas de forma padronizada, para todos os temas abordados. População local e sua dinâmica; produção, com destaque para a economia canavieira; comércio, estado das pontes, salubridade eram os principais assuntos (Figura 1).

As planilhas azuis, seguidas das vermelhas, destinam a ser preenchidas com dados de cada lugar sobre um assunto específico. Para o tema produção, seriam registradas informações gerais sobre o estado de produção da localidade; e para o comércio, informações a respeito do nível de comercialização do lugar e a sua infra-estrutura comercial, ou seja, o número e os tipos de estabelecimentos comerciais encontrados ali.

Na seqüência viriam as planilhas amarelas, voltadas para o registro de informações mais detalhadas de cada sub-item tratado nas planilhas azuis. Ligadas à uma planilha azul de produção estariam planilhas amarelas, cada uma abordando um ramo ou setor de atividade econômica. No caso das planilhas amarelas de comércio local, cada uma descreveria um tipo de estabelecimento; e do comércio com outras localidades, cada uma se destinaria a descrever um dos itens da pauta de exportação e importação.

Deve-se considerar que as informações existentes entre planilhas do mesmo nível, mas de diferentes assuntos, podem ser combinadas entre si, o que permitirá potencializar o uso da fonte. Assim por exemplo, pode-se elaborar relatórios contendo, por localidades, informações cruzadas de produção e comércio de um determinado produto. Discute-se a seguir, cada tipo de planilha apresentada acima.

1.4. Os inventários dos inquéritos municipais

A planilha vermelha de inventários (Figura 1) possui conjuntos de campos contendo informações básicas sobre os documentos que poderão ser relacionadas com informações das demais planilhas. Seriam os seguintes:

- Campos de identificação: tem a função de identificar a carta-resposta e localiza-la tanto no acervo físico do Arquivo Público Mineiro (APM), quanto no acervo digital do banco de dados. No campo identificador, os três primeiros dígitos se referem ao número do código no APM, e os três últimos, o número de ordem da carta dentro do mesmo código. Os campos de identificação do pesquisador e o número de páginas da correspondência, entre outras funções, auxiliam na tarefa de checagem da digitalização;
- Campos de tempos: localizam o documento no tempo e três momentos importantes: a data da solicitação, pela presidência da província; a data de recebimento da carta-inquérito, pelas autoridades locais; e a data da resposta dada por estes;
- Campos de espaços: caracterizam o lugar de proveniência do documento. Esse lugar é caracterizado pela sua abrangência espacial e hierarquia na composição do estado, mediante registro da instância administrativa (município, distrito, etc.). Auxilia nessa caracterização, a identificação do remetente e sua função desempenhada no aparelho estatal;

- Campos de sub-unidades: preenchimento de todas unidades referidas no documento. Esses campos são utilizados quando a correspondência, proveniente de uma instância administrativa superior, como municípios, faz referência à suas subunidades, sejam elas paróquias, distritos, ou mesmo povoados;
- Campos de temas: campos principais, onde são arroladas as respostas aos inquéritos, por temas. Acompanha esses campos os de subunidades, quando a resposta é disponibilizada por subunidades;
- Campo de viés da informação: diferentemente dos demais, essa informação é coletada do pesquisador que analisou o documento e o registrou no banco de dados. Trata-se de uma avaliação subjetiva das opiniões gerais do autor do documento, se “imparcial”, “otimista” ou “pessimista”. Essa avaliação poderá servir, nos estudos envolvendo várias localidades, para balizar o conteúdo qualitativo dos documentos. Deve-se considerar que o documento só é apontado por um viés quando este permeia todas as impressões e observações do correspondente, o que resulta uma avaliação imparcial na maior parte dos casos.

Vale como ilustração descrever a carta-resposta de Itabira ao inquérito (Figura 1). Essa é 170ª correspondência do Códice SP 570 do APM. Trata-se de uma correspondência do Município de Itabira em resposta ao Inquérito Municipal enviado em 09/11/1854.

O documento oficial – de 17 páginas, de 22/02/1855 – que partiu do juiz municipal e de órfãos Manuel de Mendonça dirigida à Presidência da Província responde a seis itens: população; produção; engenhos; comércio; pontes e sobre núcleos urbanos. As informações desse documento aparecem desagregadas para nove distritos do município, dentre eles a própria Vila de Itabira.

FIGURA 1

Máscara de entrada de dados dos inventários (planilha vermelha) dos inquéritos municipais

Inventário do Documento

Pesquisador	<input type="text" value="2"/>	Número de sub-unidades	<input type="text" value="9"/>
Código	<input type="text" value="570"/>	Número do documento	<input type="text" value="170"/>
Identificador:	<input type="text" value="570.170"/>	Páginas:	<input type="text" value="17"/>
Data de Solicitação	<input type="text" value="09/11/54"/>	Subdivisões	<input type="text" value="Distritos: Cidade, Carmo, Santa Maria, S.Maria dos Forros de Joanésia, Antonio Dias, Alfié, S."/>
Ano de Solicitação	<input type="text" value="0"/>	População:	<input type="text" value="População total, número de famílias; por distrito"/>
Data de recebimento	<input type="text"/>	Subdivisões:	<input type="text" value="9"/>
Ano do recebimento	<input type="text" value="0"/>	Produção:	<input type="text" value="Dados de produção agrícola, fabril, e extração mineral; por distrito"/>
Data de Resposta	<input type="text" value="22/02/55"/>	Subdivisões:	<input type="text" value="9"/>
Ano da Resposta	<input type="text" value="0"/>	Engenhos:	<input type="text" value="Número de engenhos; por distrito"/>
	<input type="button" value="Procurar Localidade"/>	Subdivisões:	<input type="text" value="9"/>
Circunscrição Administrativa	<input type="text" value="Itabira"/>	Comércio:	<input type="text" value="Lojas, boticas, tabernas e armazens; por distrito."/>
Instância Administrativa	<input type="text" value="Vila"/>	Subdivisões:	<input type="text" value="9"/>
Nome do Informante	<input type="text" value="Juiz Municipal e de Orfãos (Manuel Ignácio de Carvalho de Mendonça)"/>	Pontes:	<input type="text" value="Número, estado de conservação, orçamento para reparos, argumentos justificativos; por distrito"/>
		Subdivisões:	<input type="text" value="9"/>
		Cidade:	<input type="text" value="Número de quarteirões; por distrito"/>
		Subdivisões:	<input type="text" value="9"/>
		Salubridade:	<input type="text"/>
		Subdivisões:	<input type="text" value="0"/>
		Doutros Temas:	<input type="text"/>
		Subdivisões:	<input type="text" value="0"/>
		Viés do Informante	<input type="text" value="0"/>
			<input type="button" value="Novo Registro"/>

Registro: de 540

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

1.5. As planilhas azuis e amarelas de produção

A planilha azul de produção serve ao preenchimento, por localidade, de informações sobre a produção, ou a descrição do volume de riquezas produzidas, e às vezes, da infraestrutura disponível para produzi-lo, como número de fazendas, unidades fabris, etc. Como é um relato individual da economia de unidades espaciais, no caso do inventário 570.170 de Itabira (Figura 1) existiriam 10 planilhas azuis de produção: uma relacionada ao município, e as demais correspondentes a cada um dos nove distritos listados.

A estrutura dos campos de preenchimentos seguem a racionalidade dos inquéritos municipais. Estes, em sua maioria, primam pela exigência de informações precisas, quantificáveis, como dados numéricos dos volumes anuais de produção, número de unidades produtivas, etc.

O fato porém, é que poucas respostas atendiam integralmente às solicitações. Em vários casos, as autoridades locais tergiversavam, alegando não possuir aquele conjunto de informações solicitadas. Contudo, muitas vezes não se furtavam a fazer importantes apontamentos sobre a produção local. Estas eram informações mais descritivas, frutos da observação testemunhal, um depoimento valioso, apesar do alto teor de subjetividade imanente.

Dessa forma, o desenho da planilha não poderia apenas conter os campos correspondentes ao questionário enviado pela maior autoridade provincial, mas deveria comportar também, as declarações evasivas, úteis para o entendimento daquela economia. A Figura 2 mostra a planilha azul preenchida com a resposta do município de Caeté ao inquérito de novembro de 1854. Deve-se notar nessa planilha, a presença de campos para dados numérico de produção local em três anos, uma das especificações do inquérito; mas também a existência de campos feitos para receber relatos textuais sobre a economia do lugar.

Deve-se considerar também que o preenchimento dos campos de textos são feitos com recortes de trechos da carta, sem qualquer forma de alteração, resumo ou análise por parte do pesquisador, com o objetivo do registro se manter fiel ao documento original.

FIGURA 2
Máscara de entrada de dados de produção (planilha azul) de localidades

Indústria da localidade	
Identificador:	<input type="text" value="570.182"/> <input type="button" value="Check"/>
Circunscrição Administrativa	<input type="text" value="1001"/>
Instância Administrativa	<input type="text" value="103"/>
Identificador Local:	<input type="text" value="1.001.103.570.182"/>
1º Ano:	<input type="text" value="0"/> Produção do 1º Ano: <input type="text" value="0,00"/>
Descrição do 1º Ano:	<input type="text"/>
2º Ano:	<input type="text" value="0"/> Produção do 2º Ano: <input type="text" value="0,00"/>
Descrição do 2º Ano:	<input type="text"/>
3º Ano:	<input type="text" value="0"/> Produção do 3º Ano: <input type="text" value="0,00"/>
Descrição do 3º Ano:	<input type="text"/>
Número de setores inventariados:	<input type="text" value="3"/>
Estado da Produção Agrícola	Quanto o número de fazendas de cultura e criação de gados, a câmara se refere ao mapa, que junto a este apresenta à vossa excelência. (reportar ao documento anterior).
Estado da Produção Fabril	Que o número de fábricas de qualquer espécie se conhece pelo dito mapa acima referido, destacando a Câmara que o fabrico de ferro é a indústria que oferece maior vantagem aos
Estado da Extração Mineral	Que o estado da mineração nesta paróquia não oferece vantagens aos que nela se dedicam, não pela riqueza que nela existe, mas sim pelas dificuldades, que encontram de poder vir.
Observações gerais sobre a produção:	Informando mais a vossa excelência que o gênero de indústria por que mais se distingue a população deste município são a mineração, agricultura, o fabrico de ferro, criação de gado vacum e cavalari.
	<input type="button" value="Check"/> <input type="button" value="Insert"/>

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

As planilhas amarelas de itens de produção (Figura 3) constituem o nível mais elevado de detalhamento da economia local, uma vez que se destina ao registro de cada atividade econômica e seus produtos. Para cada planilha azul com dados agregados de produção de uma localidade, existiriam planilhas amarelas em número igual ao dos itens que compunham o *mix* de produção local.

O exemplo apresentado é sobre a produção de ouro, com dados sobre receita de produção dos três últimos anos, que era a informação solicitada.

Por informações dos caixas destas sociedades, que recorreram aos respectivos livros de assentos, pode a Câmara certificar a V. excelência sem medo de errar que a soma total do ouro extraído em 1852, 1853 e 1854 andou em 259479 $\frac{1}{4}$ de 1/8. Vendido este ouro, termo médio, um pelo outro a 3\$500 réis cada oitava, produziu a importância de 887:177\$375. Deduzida a despesa feita na importância de 97:928\$266. Aparece como saldo a favor dos proprietários das lavras 789:149\$109.²

O registro da produção aurífera de Itabira mostra uma certa incompatibilidade com o padrão exigido: não se pode registrar os valores anuais da produção, uma vez que a carta já trouxe os valores somados dos 24 engenhos de lavras existentes no distrito da vila. Essa inadequação ao inquérito mostra a necessidade de se ter um campo de texto para a explicação dos valores expostos. O informante, porém, foi mais além ao pedido, ao dizer os custos dessa produção e o lucro obtido com a atividade, o que também foi registrado no banco de dados.

Nos casos de ausência de informações anuais, em que o declarante fornece uma informação genérica sobre o desenvolvimento da atividade, é utilizado o campo de “Observações gerais sobre a produção”.

² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Códice 570. Resposta da Câmara Municipal de Itabira ao inquérito de 9 de novembro de 1854.

FIGURA 3

Máscara de entrada de dados de itens de produção (planilha amarela) dos inquéritos municipais. Município de Itabira

Indústria

Identificador:

Circunscrição Administrativa:

Instância Administrativa:

Identificador Local:

Tipo de Produto:

1º Ano: Produção do 1º Ano:

Descrição do 1º Ano:

2º Ano: Produção do 2º Ano:

Descrição do 2º Ano:

3º Ano: Produção do 3º Ano:

Descrição do 3º Ano:

Observações gerais sobre a produção:

Registro: de 220

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

1.6. As planilhas azuis e amarelas de comércio

A planilha azul de comércio (Figura 4) atende a duas solicitações distintas de atividades econômicas: de um lado registrar a “balança comercial” daquela localidade, ou seja, o relato sobre movimentos de exportação e importação de produtos; e de outro a infraestrutura instalada para atendimento tanto do consumo interno como para uso de entreposto comercial, seja, o número de estabelecimentos comerciais por categoria.

A resposta do juiz municipal da Vila de Tamanduá, no exemplo, informou os valores de exportação e de importação de mercadorias de três anos, sem contudo, mencionar a pauta desses movimentos. Também respondeu, na mesma carta, sobre o número de estabelecimentos existentes.

Além dos campos destinados às respostas das autoridades locais, sejam elas numéricas, como descritas, essa planilha é dotada de uma classificação quanto à inserção da localidade nas atividades comerciais, que seria feita após avaliação dos pesquisadores sobre o documento. A classificação da localidade, composta de quatro categorias, variaria desde comércio “extrovertido, interprovincial” até “introvertido, área autárquica”.

A planilha amarela de comércio externo (Figura 5) se destina a registrar cada item comercializado e o seu fluxo comercial envolvendo a localidade, seja como ponto de destino (importação) ou como origem (exportação). Já a planilha amarela de comércio local (Figura 6) é utilizada para o preenchimento de dados referente a cada categoria de estabelecimentos comerciais existentes: evolução das vendas, tipos de mercadorias encontradas, e localização dos estabelecimentos seriam os principais aspectos tratados.

FIGURA 4

Máscara de entrada de dados de comércio (planilha azul) de localidades. Município de Tamanduá

Comércio da localidade

Identificador:

Circunscrição Administrativa:

Instância Administrativa:

Identificador Local:

Síntese das Atividades Comerciais da Região

Caracterização do Comércio:

Observações gerais sobre o comércio

Exportação

Número de itens:

Ano 1: Volume:
 Texto:

Ano 2: Volume:
 Texto:

Ano 3: Volume:
 Texto:

Observações gerais sobre a exportação

Importação

Número de itens:

Ano 1: Volume:
 Texto:

Ano 2: Volume:
 Texto:

Ano 3: Volume:
 Texto:

Observações gerais sobre a importação

Comércio local

Estabelecimentos

Lojas:

Boticas:

Armazéns:

Tabernas:

S. inf.:

Total:

Observações gerais sobre o comércio local

13 Lojas de gêneros estrangeiros (somente na Vila), 1(Botica (na Vila), 42 Tabernas (37 na Vila e 5 na Andança).

Registro: de 126

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

FIGURA 5

Máscara de entrada de dados de itens comercializados (planilha amarela) dos inquéritos municipais. Município de Januária

Comércio externo

Identificador: 1º Ano: Comércio do 1º Ano:

Circunscrição Administrativa: Descrição do 1º Ano:

Instância Administrativa: 2º Ano: Comércio do 2º Ano:

Identificador Local: Descrição do 2º Ano:

Tipo de Mercadoria: 3º Ano: Comércio do 3º Ano:

Origem do comércio

Local: Descrição do 3º Ano:

Instância:

Destino do comércio

Local:

Instância: Observações gerais sobre o comércio:

Registro: de 102

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

FIGURA 6

Máscara de entrada de dados de estabelecimentos comerciais (planilha amarela) dos inquéritos municipais. Munic. de Grão Mogol

Comércio local

Identificador:

Circunscrição Administrativa:

Instância Administrativa:

Identificador Local:

Tipo de Estabelecimento:

Nº estabelecimentos:

Localização do estabelecimento

1º Ano: Comércio do 1º Ano:

Descrição do 1º Ano:

2º Ano: Comércio do 2º Ano:

Descrição do 2º Ano:

3º Ano: Comércio do 3º Ano:

Descrição do 3º Ano:

Observações gerais sobre o comércio desse tipo de estabelecimento:

Registro: de 241

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

2. UMA PRIMEIRA INCURSÃO AO BANCO DE DADOS DE INQUÉRITOS PROVINCIAIS

Procurou-se nessa parte fazer uma primeira análise sobre os documentos já incorporados ao banco de dados, com o fim de ilustrar as potencialidades do programa em construção. Trata-se de dois importantes códigos compostos integralmente de respostas aos inquéritos provinciais, seja o SP 654 e o SP 570.

Este tópico está estruturado em dois momentos: primeiramente faz-se uma breve análise das correspondências inventariadas, focando mais, em alguns momentos, o subconjunto de respostas à inquéritos de 1854, dada a sua maior frequência. Investigar a lógica operacional desse diálogo que se estabeleceu entre presidente de província e as autoridades municipais, ao longo do Oitocentos, entre outras funções, servirá para se fazer a necessária crítica ao documento. No segundo momento, traçando um panorama sobre informações do comércio, tentaremos obter alguns indícios sobre a atividade comercial em Minas nesse período, o que será útil para se perceber o volume e qualidade das informações já disponíveis, assim como a forma como podem ser trabalhadas.

2.1. As respostas aos inquéritos municipais

Os documentos já introduzidos no banco de inquéritos eram respostas à solicitações do presidente de província, sendo que a maioria das respostas referem-se às solicitações do ano de 1854 (Tabela 1). Entretanto, os dois códigos trabalhados na primeira etapa de coleta de dados são repositórios de respostas aos inquéritos provinciais datados entre 1853 e 1857. A baixa frequência dos anos posteriores e anteriores a 1854 sugere que mais buscas devem ser feitas com o objetivo de cobrir a década de 1850.

TABELA 1

Respostas por ano das solicitações, segundo a instância administrativa de origem Minas Gerais

Instância Administrativa	Ano da solicitação						Total	
	Sem inf.	1853	1854	1855	1856	1857	Nº	%
Município	41	2	243	77	14	81	458	84,8
Paróquia	6	0	0	1	61	0	68	12,6
Distrito	1	0	0	2	1	3	7	1,3
Outros	2	0	1	4	0	0	7	1,3
Total	50	2	244	84	76	84	540	100,0

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

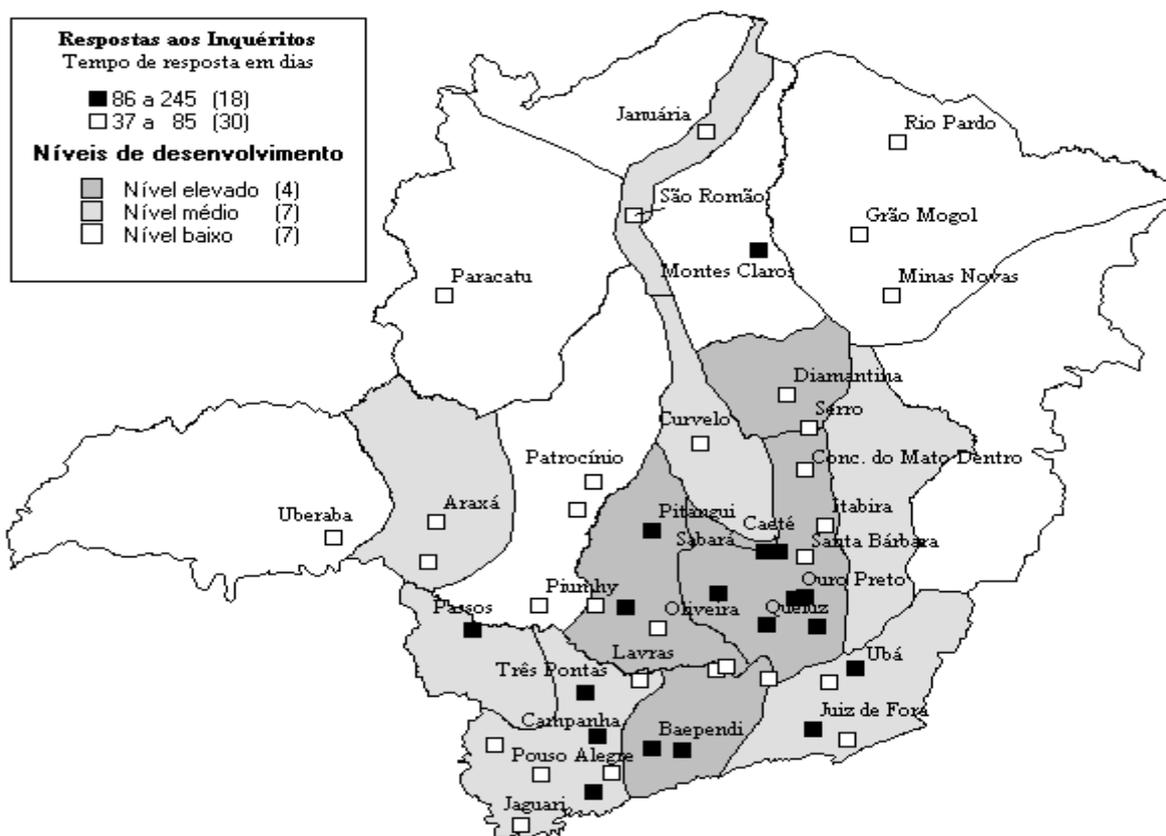
Pela distribuição das respostas por instância administrativa observa-se que 84,8% eram prestadas por Municípios, sendo que para o ano de 1854, praticamente todas as informações haviam sido remetidas por autoridades municipais.

As respostas aos inquéritos provinciais nos municípios partiam principalmente do juiz municipal, do delegado, e da câmara municipal. Os inquéritos respondidos pelas paróquias e

freguesias eram assinados pelos vigários e párocos do lugar; enquanto que nos distritos, os juizes de paz eram os que mais declaravam informações à província³.

Apesar de ser assinado por uma autoridade municipal, a resposta satisfatória aos inquéritos direcionados aos municípios dependia, na maior parte das vezes, da colaboração de funcionários distritais e paroquiais, e não é rara a ocorrência de cartas de respostas com informações incompletas acompanhadas de queixas dirigidas às pessoas que respondiam pelos distritos e paróquias do município, responsabilizando-os pelas omissões. Dada a estrutura administrativa da Província de Minas em 1854, que tinha apenas 50 municípios, que comportavam uma média elevada de distritos (entre 8 e 9), a participação das autoridades distritais e paroquiais era definitiva para um razoável levantamento de informações para a província.

MAPA 1
Menor tempo de resposta aos inquéritos municipais de 1854



Nota: As regiões apresentadas no mapa se referem às elaboradas por Godoy (1996) e os níveis de desenvolvimentos regionais foram concebidos por Paiva (1996).

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

³ Existe uma extensa literatura que discute as instâncias administrativas e os cargos representativos, sendo a mais recente, um artigo da Maria do Carmo Salazar Martins (2001: 199). Um município era composto por freguesias e capelas, na esfera eclesiástica do estado; e no âmbito jurídico, era subdividido por distritos de paz.

O Mapa 1 e a Tabela 7, no anexo, mostram um dos possíveis efeitos da forma de levantamento de informações provinciais: a demora em obtê-las. O menor tempo verificado para elaboração da resposta foi de 37 dias (Itabira), o tempo médio era de quase quatro meses (114 dias), e um ano depois de expedida a solicitação, ainda estavam chegando respostas. Não era incomum a ocorrência de envio de ofícios por parte da presidência da província exigindo o cumprimento do levantamento dos dados.

Não eram os municípios mais distantes ou menos importantes os retardatários na remessa de declarações ao órgão central da província, ao contrário do que se poderia supor, dada a dificuldade de acesso ou desaparecimento do órgão público. Uma breve análise das primeiras respostas aos inquéritos de 1854 (Mapa 1) é capaz de mostrar que vários municípios próximos à administração provincial, inclusive Ouro Preto, encaminhavam suas primeiras respostas com mais de noventa dias passados da data de feitura do inquérito provincial.

Embora ainda se deva estudar a relação entre qualidade das informações e tempo gasto de retorno dos inquéritos, pode-se supor que a maior densidade de atividades nos municípios mais estruturados da Província, como Diamantina, Santa Bárbara, e Ouro Preto contribuiria para o atraso das respostas.

O exame da documentação dos Relatórios dos Presidentes de Província indica que para o ano de 1854 foram feitas solicitações de informações acerca das vocações econômicas dos municípios, ou em outras palavras, do “gênero da indústria pelo qual mais se distinguia a população”, bem como do número de fazendas de criação ou de cultura, de engenhos de mineração ou qualquer outra espécie, do estado da indústria, e do comércio. Solicitaram-se ainda informações a respeito da população, do número e estado de conservação das pontes e do estado sanitário de cada localidade.⁴

TABELA 2
Respostas por ano das solicitações de dados de produção,
por instância administrativa Minas Gerais

Instância Administrativa	Ano da solicitação						Total	
	Sem inf.	1853	1854	1855	1856	1857	Nº	%
Município	4	1	56	6	3	0	70	60,3
Paróquia	3	0	0	0	40	0	43	37,1
Distrito	0	0	0	1	1	0	2	1,7
Outros	1	0	0	0	0	0	1	0,9
Total	8	1	56	7	44	0	116	100,0

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

⁴ Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinária da 10.a legislatura de 1855 o presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855. disponível na internet: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/460/index.html>. Alguns documentos de respostas aos inquéritos examinados indicam que as solicitações datavam de 9, 10 e 11 de novembro de 1854. Já os Relatórios dos Presidentes de Província indicam que as datas das solicitações são para as informações de indústria e comércio os dias 4 de novembro, 28 de novembro, 29 de dezembro de 1853 e 11 de novembro de 1854; para as informações sobre pontes, 9 de novembro de 1854; estado sanitário, 28 de novembro de 1853 e 9 de novembro de 1854; e informações de população 28 de novembro de 1853 e 11 de novembro de 1854.

Em relação aos inquéritos provinciais por dados de produção (Tabela 2) observou-se maior frequência de respostas em 1854 e, em menor quantidade, em 1856. Apesar disso, nenhum desses anos se registrou cobertura integral do espaço em Minas: em 1854, colheu-se respostas de 32 municípios de um total de 50 (64%)⁵. O fato de se ter um número de municípios com respostas inferior ao número de ofícios de respostas aos inquéritos provinciais se justifica pelas duplicidades encontradas em vários casos. Muitas vezes pôde-se perceber que um mesmo inquérito era respondido por diferentes autoridades do município, ocorrendo casos de informações idênticas, e em outros casos, com pequenas variações.

A frequência encontrada para dados de comércio, por sua vez, é praticamente o dobro em relação à produção (Tabela 3) em 1854, e a cobertura de municípios é também superior: 45 municípios, ou seja, 90% do total.

TABELA 3
Respostas por ano das solicitações de dados de comércio,
por instância administrativa de origem
Minas Gerais

Instância Administrativa	Ano da solicitação						Total	
	Sem inf.	1853	1854	1855	1856	1857	Nº	%
Município	12	1	101	36	3	0	153	91,6
Paróquia	0	0	0	0	8	0	8	4,8
Distrito	0	0	0	2	1	0	3	1,8
Outros	1	0	0	2	0	0	3	1,8
Total	13	1	101	40	12	0	167	100,0

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

2.2. Evidências de atividades comerciais em 1854

Um dos primeiros estudos feitos mediante o uso do banco de dados de inquéritos provinciais foi a análise das atividades comerciais, informação priorizada na alimentação do banco de dados.

O banco de dados trata o comércio local apresentando a divisão dos estabelecimentos em lojas, boticas, armazéns e tabernas. O lógica seguida é a mesma das solicitações da presidência da província que requeria informações acerca do número de tais estabelecimentos nas localidades, tal como mostram alguns dos documentos utilizados na alimentação do banco de dados.

Estudos anteriores sugerem que essa tipologia de estabelecimentos comerciais indicavam diferenças funcionais e de dimensão: as lojas eram estabelecimentos de médio porte, que vendiam vários gêneros com especialidades em fazendas secas. Por sua vez os armazéns eram estabelecimentos de grande porte, vendiam diversos produtos, sendo alguns mais elaborados como “espíritos

⁵ Relatório que ao illustrissimo e excellentissimo sr. desembargador José Lopes da Silva Vianna, muito digno 1º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854. Disponível na internet, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/459/index.html>

importados”. Já as tabernas e as vendas eram de menor dimensão, tinham uma pequena variedade de mercadorias e eram especializadas na venda de aguardente de cana e fazendas molhadas. (GODOY, 2001: 412)

A consulta de várias correspondências indicam que os estabelecimentos comerciais identificados como boticas vendiam e manipulavam drogas ou remédios. Vale ressaltar que na falta dessas casas comerciais especializadas, outros estabelecimentos tais como armazéns e lojas que assumiam a função de vender remédios⁶.

TABELA 4
Estabelecimentos comerciais
Minas Gerais, 1854

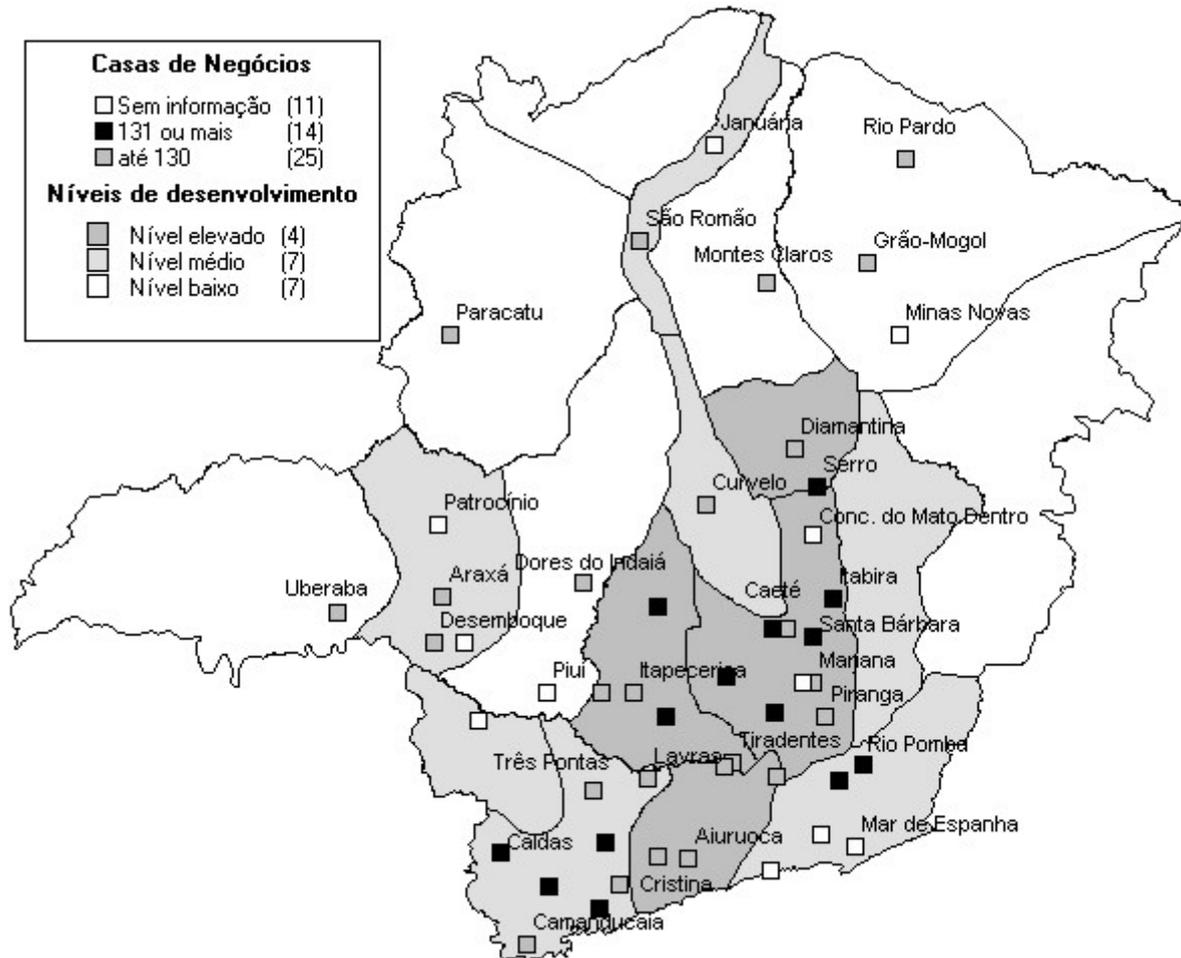
Tipos de Estabelecimentos	Municípios		Estabelecimentos		Média
	Nº	%	Nº	%	
Armazém	20	51,3	238	4,6	12
Botica	32	82,1	108	2,1	3
Loja	39	100,0	1.303	25,5	33
Taberna	39	100,0	3.400	66,4	87
Sem inf.	4	10,3	70	1,4	18
Total	39	100,0	5.119	100,0	131

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

Os dados apresentados na Tabela 4 sugerem que a hierarquia das categorias de estabelecimentos refletia uma hierarquia na distribuição espacial do comércio, uma vez que estabelecimentos comerciais com produtos mais elaborados, de maior dimensão e com funcionários mais preparados estavam 1) presentes em um número menor de municípios; e 2) em menor número nesses municípios. Os armazéns, por exemplo, foram citados em pouco mais de metade dos municípios com informação de comércio. O número médio dessas casas comerciais nessas localidades era de apenas 12. Já as tabernas estavam presentes em todos os municípios com declaração de informação comercial, com um número médio de 87 unidades por município.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). *Códice SP 570*. Resposta ao Inquérito sobre o estado do comércio. Vila Uberaba, 23 de janeiro de 1855.

MAPA 2
Número de estabelecimentos comerciais nos municípios
Minas Gerais, 1854



Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

O Mapa 2, que indica os municípios com número de casas de negócios inferior e superior à média provincial, fornece elementos para entender a distribuição espacial de estabelecimentos. Nota-se que Sabará (o município com maior número de estabelecimentos) e Itabira, juntamente com outros 13 municípios com número de casas de negócios superior à média, se localizam na região central ou meridional da província mineira, áreas com maior nível de desenvolvimento e de economia mais dinâmica. No outro lado, estariam municípios localizados mais à margem do centro dinâmico da província, possuidores de um número menor de casas de comércio.

Uma outra análise sobre localização de estabelecimentos comerciais diz respeito à conformação do setor comercial dentro do território municipal. O banco de dados mostra a distribuição espacial do comércio por freguesias e distritos em somente 15 respostas (38,5% do total). Dentre as respostas fragmentadas por distrito ou freguesia podemos notar que na maioria dos casos o maior número de estabelecimentos se concentra nos distritos ou freguesias sedes do município, o que

nos mostra o caráter central do comércio, a exemplo de Itabira⁷. A documentação nos mostra que dos 232 estabelecimentos comerciais de Itabira, 159 se encontravam na região do distrito da cidade, ou seja, 68,5% do total dos estabelecimentos se localizavam centralizados no distrito da cidade. Ao se analisar os estabelecimentos por categoria, os números mostram que 59% das lojas e 66% das tabernas do município se encontravam no distrito sede do município. Observou-se também que 6 das 7 boticas e todos os 23 armazéns do município tinham a localização no distrito da cidade.

Um outro estudo que esse banco de dados já permite fazer na sua versão original é a montagem de relatórios com a combinação de informações do comércio estabelecido (número de casas de negócios) com os fluxos comerciais das localidades, muitas vezes permitindo mensurar a intensidade e a importância que tais transações comerciais assumiam para a economia local.

TABELA 5
Municípios segundo informação de comércio por estabelecimentos e fluxos comerciais
Minas Gerais, 1854

		Fluxos comerciais		Total
		Com inf.	Sem inf.	
Número de Estabelecimentos	Com informação	8	31	39
	Sem informação	2	9	11
Total		10	40	50

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

O conjunto de informações de fluxos comerciais se mostrou pequeno, pois apenas dez municípios declararam essa informação em 1854 (Tabela 5). No entanto, a estrutura do banco de dados permite fazer com que se combine e some informações de inquéritos de vários anos, fazendo com que o produto final seja um material com maior representatividade. Serve como ilustração disso, o município de Formiga. Durante o século XIX, essa localidade se notabilizou por desempenhar o papel de importante entreposto comercial.⁸ Nos códices já compulsados, não se detectou a resposta ao inquérito de 1854 dessa localidade. Entretanto, a câmara municipal de Formiga produziu um dos mais ricos documentos sobre rotas de comércio em resposta ao inquérito de 1856, que poderia ter suas informações adicionadas ao material coletado de 1854, em um estudo, por exemplo, da década de 1850. O estudo dessa localidade mediante análise das declarações ao inquérito de 1856 encontra-se no apêndice desse trabalho.

⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). *Códice SP 570*. Resposta ao Inquérito sobre o estado do comércio. Vila de Itabira, 28 de fevereiro de 1855.

⁸ O desempenho do papel de entreposto comercial de algumas localidades como Formiga possibilitou que suas regiões concentrassem a riqueza em torno de si, elevando seu nível de desenvolvimento econômico (PAIVA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui tratar de uma nova forma de banco de dados, capaz de comportar dados qualitativos e quantitativos, que foi inspirada na forma como se apresentavam as respostas aos inquéritos provinciais do século XIX, impróprios para qualquer forma convencional de organizar as informações.

O objetivo do projeto de banco de dados em andamento é pretensioso: primeiramente procura-se uma forma versátil de manusear informações quantificáveis, com elementos qualitativos. As associações e conexões entre os documentos introduzidos no banco de dados potencializaria a sua utilização, tornando praticamente uma nova fonte.

Os demais objetivos a serem alcançados, e que dependeriam do sucesso do primeiro objetivo, seria de um lado, a ampla divulgação desse programa de banco de dados; e ao mesmo tempo, a contribuição para a preservação dos seus originais, que estariam livres de várias consultas, uma vez que teriam suas imagens armazenadas nesse programa.

A apresentação de dados do comércio por casas de negócios a partir de cartas atendendo ao inquérito provincial de 1854, de um lado, e o desenho de rotas de comércio de Minas obtido de uma única carta atendendo ao inquérito de 1856, ilustram como as informações de vários anos próximos podem ser sobrepostas para um melhor estudo de vários temas, o que constitui uma das principais lógicas do projeto em curso.

APÊNDICE

Aplicação da metodologia do banco de dados para o ano de 1856: o caso do Município de Formiga

Este apêndice visa apresentar um estudo de caso de informações econômicas extraídas de respostas a inquéritos com baixa ocorrência de retornos, com o fim de demonstrar a possibilidade de sobreposição de respostas de inquéritos para se ter um maior conjunto articulado de fontes. Tomou-se para isso a resposta do município de Formiga⁹ ao inquérito de 1856. Buscando uma melhor apresentação das idéias, dividiu-se este apêndice em conformidade com a disposição das informações na carta de resposta ao inquérito, que abordou primeiramente, a situação da produção local e, em seguida, o comércio. Por fim, far-se-á uma análise dos fluxos de comércio para esta vila.

Agricultura, Indústria e Mineração

O documento relativo à Formiga no ano de 1857 segue um padrão próximo dos demais documentos analisados em resposta ao inquérito província de 1854. As respostas às solicitações atendem as três áreas da economia local, a saber; a agricultura, a indústria fabril e a mineração.

Para a agricultura o escrevente da solicitação relata os principais cultivos e criatórios locais, assim como o estado da agricultura (utilização e fertilidade do solo, ferramentas de cultivo, escassez de mão-de-obra escrava). Como título ilustrativo, a Câmara de Formiga informa:

(...) Cultiva-se com vantagem o algodão, a cana-de-açúcar, a mamona, a mandioca, arroz, feijão, café, em grande escala o milho com que se engorda grande número de bois e porcos para o consumo e exportação, e apesar de nenhuma arte no cultivo as colheitas são abundantíssimas em razão da fertilidade do solo (...) cria-se muito gado vacum, bastante suíno, não pouco cavalariço, algum muar, muito pouco ovelhum e cabrum (APM, SP 654, documento 4, p. 8).

Em relação á indústria e mineração, a Câmara salienta o seguinte:

(...) Fabricam-se muitos e finíssimos tecidos de algodão e lã ordinariamente mais duradouras que os existentes estrangeiros que com eles se assemelham; tolhas de mão muito estimadas e de mesa, cobertores de algodão e de lã, boas rodas de fiar (...) Fazem-se e aparelham-se de prata belas facas, que apesar de seu subido valor, acham pronta venda.

(...) Prepara-se grande quantidade de Cal, mas o processo é ainda grosseiro e prejudicial por que se consome muito, e excelente madeira de construção e marcenaria (...) Em tempos remotos foram explorados os poucos terrenos auríferos do Município e preparam-se as algumas porções de salitre (APM, SP 654, documento 4, p. 11).

⁹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). *Códice SP 654*. Resposta ao Inquérito sobre o estado da indústria, agricultura, salubridade e comércio, bem como as sugestões para a melhoria da economia local. Vila Nova de Formiga, 2 de janeiro de 1857.

Comércio

O comércio para o documento em análise é relatado, *mutatis mutandis*, de semelhante modo encontrado em documentos que atendiam ao inquérito de 1854. Os dados de exportação e importação são expressos em mil réis e há uma observação da Câmara acerca das condições gerais do comércio, tanto local, como externo. Mas a ênfase maior é dada ao comércio externo, compreendendo os fluxos comerciais intra e interprovincial. O comércio e os seus reflexos sobre a economia local são relatados da seguinte forma:

A tabela nº 1º mostra a atividade, importância, o progressivo aumento das transações comerciais do Município, e especialmente da Vila. Nos dois anos anteriores a importação ou compras de fazendas secas, louça, molhados, cera, ferragem, sal, e dos outros gêneros nela mencionados foi de 562:850\$000, a venda foi de 745:850\$000, o lucro de 130:000\$000. No ano corrente subirão as compras a 833:060\$000 as vendas a 1:098:506\$000 e o lucro a 265:446\$. Sem dúvida é já bem satisfatório este comércio para uma povoação tão nova; mas está ainda muito longe do grau de prosperidade que deve atingir e lhe prometem a feliz situação da Vila que a torna um grande interposto à riqueza do solo do Município, e das circunvizinhas que lhe trazem os seus produtos, e finalmente a realização da navegação do Rio São Francisco, e a fatura de estradas que facilitem o transporte...(APM, SP 654, documento 4, p. 13).

TABELA 6
Pautas de exportação e importação do interior de Minas e Goiás do
comércio intermediado por Formiga, 1857

Pauta de importação para o interior de Minas e Goiás	Pauta de exportação do interior de Minas e Goiás
- Fardos	- Peixes
- Caixas com Louça/molhados	- Porcos
- Caixas com ferragens	- Carneiros
- Caixões com chapéus	- Carros
- Caixões com armas	- Volumes d. gêneros
- Cunhetas com Folhas	- Sola
- Cabrum chapa, e abrado	- Couros curtidos
- Canstras com diversos geberos	- Barris aguardente
- Ferro em barras	- Café
- Barris com líquidos	- Puaia
- Barricas	- Queijos
- Farinha	- Rapaduras
- Chumbo	- Açúcar
- Ferramentas	- Couros Crus
- Diversos gêneros	- Liteiras
- Carros	
- Sacas com Sal	

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

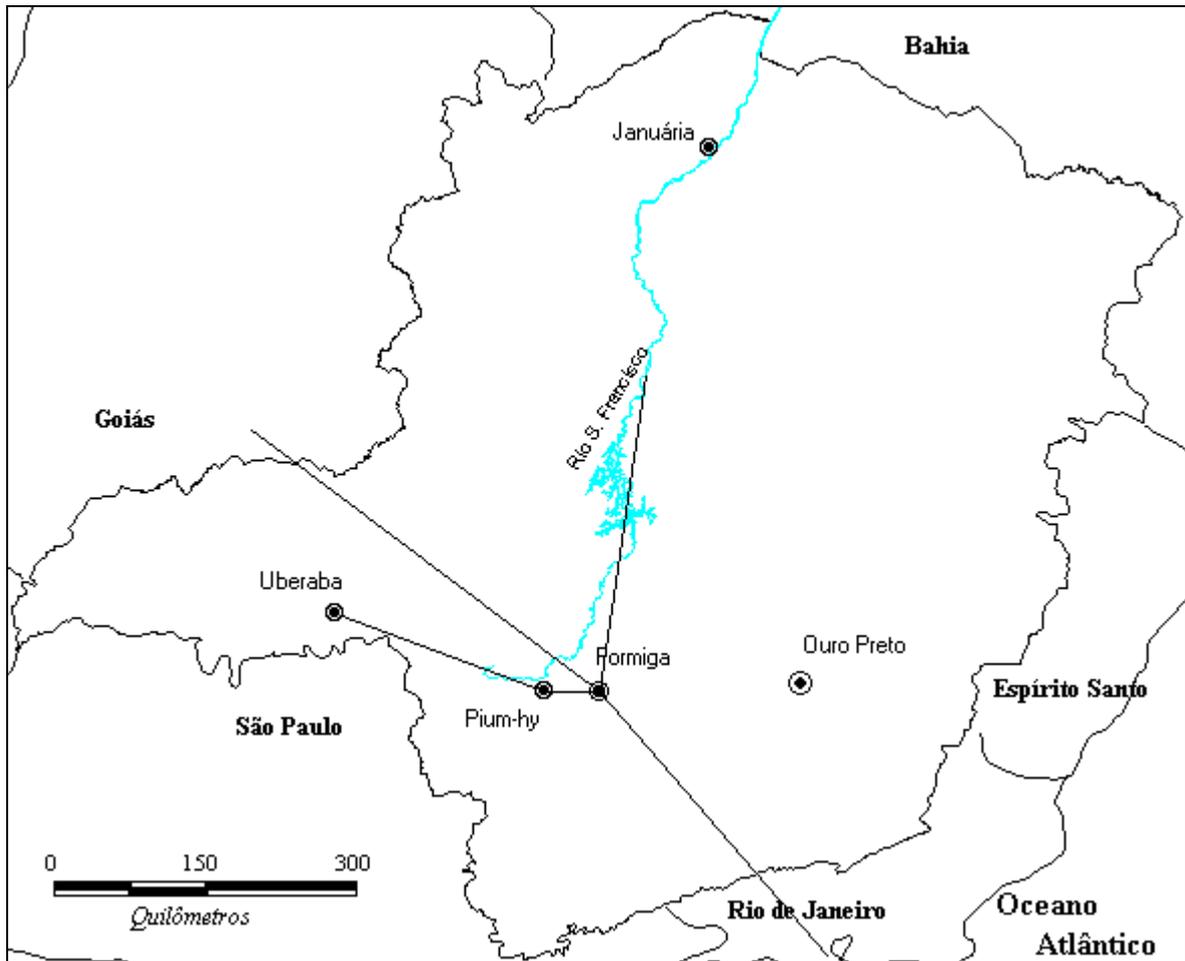
Em outro momento, a Câmara Municipal esclarece da seguinte forma uma tabela com as pautas de importação e exportação:

(...) A tabela nº 2 baseada no registro que se faz, a expensas da Câmara, na Porta Real de São Miguel, e em informações colhidas por alguns vereadores no que respeito ao transito pelo ramal da dita estrada para Piumhy e Uberaba, põe em evidência a importância dele. Não estão compreendidos no transito os bois, porcos, e carneiros, que são levados ao mercado da Corte, nem os objetos procedentes desta e que as levam as roças do Município, se desviam da estrada geral, e entram para o centro e povoações vizinhas por outros caminhos, e nem o grande número de tropas que conduzem sal, fazendas secas, e outros objetos, e que não vem imediata, e diretamente da Corte a este Município. Este trânsito parcial é talvez igual, se não superior ao que se verifica pela Ponta Real, e pela estrada de Piumhy a Uberaba; para assim anunciar-se, funda-se a Câmara no conhecimento que tem da população do centro que é por essa abastecida dos produtos estrangeiros que consome pela estrada de Parahybuna, cuja continuação conta este Município na extensão mais de 20 léguas, estrada por onde se faz também a exportação dos produtos do centro. (APM, SP 654, documento 4, p. 16).

O documento relativo à vila de Formiga possui um rico detalhamento do comércio que ocorria em sua principal estrada, que ligava a maior praça comercial do período, seja o Rio de Janeiro, às regiões criadoras de gado e de outros produtos agrícolas em Minas, como Uberaba, e Goiás, o que fazia de Formiga, um importante entreposto comercial de um dos maiores corredores de exportação e importação de Minas. O Mapa 3, aponta as principais rotas de comércio relacionadas à Formiga e as mercadorias envolvidas são mencionadas na Tabela 6.

MAPA 3

Rotas de comércio da vila de Formiga, em 1856



Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GODOY, Marcelo Magalhães. Intrépidos viajantes e a construção do espaço: Uma proposta de regionalização para Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1996. (Texto para discussão: 109).
- GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana: aguardente, escravidão, mercado interno e diversificação produtiva da fazenda mineira oitocentista. In: História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço ed. Belo Horizonte : ANPUH-MG, 2001.
- GRAÇA FILHO, A. A. A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888.1 ed. São Paulo : ANNABLUME, 2003, v.1. p.255.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais. In: História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço ed. Belo Horizonte : ANPUH-MG, 2001.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. Mineiridade: a diversidade uniforme. Retrato de Minas no Terceiro Quartel do Século XIX: população e economia. In: XVIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. *Anais...* 31 p.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: USP/ Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. (Tese de doutorado em História)

ANEXO

TABELA 7
Respostas aos inquéritos de nov/ 1854, segundo o tempo de envio¹

Municípios	Nº de Cartas	Tempo de resposta (em dias)			
		Menor tempo	Média	Maior tempo	Amplitude
Aiuruoca	3	89	89,3	90	1
Araxá	6	56	129,8	367	311
Baependi	1	160	160,0	160	0
Barbacena	3	63	88,3	124	61
Bom Fim	7	103	106,0	109	6
Caeté	10	103	132,2	376	273
Caldas	2	60	107,0	154	94
Campanha	9	89	109,6	245	156
Conc. Do M. Dentro	1	68	68,0	68	0
Cristina	8	52	104,6	391	339
Curvelo	3	63	175,0	398	335
Desemboque	4	65	69,3	72	7
Diamantina	3	75	76,7	78	3
Dores de Indaiá	8	65	203,8	266	201
Formiga	7	61	67,3	84	23
Grão Mogol	7	38	142,3	366	328
Itabira	5	37	93,0	111	74
Itajubá	8	117	123,5	130	13
Jaguari	8	79	172,5	345	266
Januária	5	77	113,6	260	183
Juiz de Fora	5	234	268,0	352	118
Lavras	7	75	89,7	101	26
Mar de Espanha	4	58	69,8	103	45
Mariana	5	109	114,4	117	8
Minas Novas	3	75	85,0	104	29
Montes Claros	10	87	150,9	294	207
Oliveira	5	59	78,2	102	43
Ouro Preto	1	111	111,0	111	0
Paracatu	3	60	68,3	73	13
Passos	1	204	204,0	204	0
Patrocínio	9	68	103,3	255	187
Piranga	3	86	87,3	88	2
Pitangui	3	98	148,0	238	140
Piumhy	4	62	84,0	107	45
Pomba	9	58	81,0	98	40
Pouso Alegre	4	55	82,8	117	62
Queluz	6	114	115,2	118	4
Rio Pardo	2	68	68,5	69	1
Sabará	3	109	111,3	114	5
Santa Bárbara	5	74	108,4	124	50
São João Del Rei	3	69	138,7	236	167
São José Del Rei	9	61	112,2	257	196
São Romão	4	53	75,0	113	60
Serro	3	65	86,3	102	37
Tamanduá	2	95	96,0	97	2
Três Pontas	4	245	245,8	247	2
Ubá	4	103	103,5	104	1
Uberaba	11	74	82,4	92	18
Média	5,0	86,4	114,6	173,6	87,1

Nota: Tempo compreendido entre as datas da solicitação e de assinatura da resposta.

Fonte: Projeto Piloto do Programa de Inquéritos Provinciais de Minas Gerais.